



## Dinâmicas atuais da urbanização de Campinas/SP: olhar interseccional para resistências dos lugares

Fabrielli Gusmão Renzi<sup>1</sup>, Hellen Caroline Boaventura de Lima<sup>1</sup>, Julia Fazani Ribeiro<sup>1</sup>, Nelson Gervoni Júnior<sup>1</sup>, Thalia Isabelle de Souza Ramos<sup>1</sup>, Isadora Garcia de Albuquerque Leitão<sup>2</sup>, André Pasti<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Estudantes Cotuca/Unicamp. <sup>2</sup> Mestranda no IPPUR/UFRJ. <sup>3</sup> Orientador - então no Cotuca/Unicamp, atualmente docente no CECS/UFABC.

Este ciclo de pesquisas buscou investigar o processo contemporâneo de urbanização de Campinas, vinculando a análise da urbanização à compreensão das disputas de discursos e narrativas sobre o urbano. Foi dada ênfase às resistências à lógica predominante — caracterizada como urbanização corporativa e empresariamento urbano — a partir das lutas sociais que promovem projetos e imaginários alternativos para a cidade, englobando as lutas por direitos, as ocupações urbanas e manifestações políticas e culturais na cidade. As análises foram realizadas a partir de uma abordagem interseccional — considerando as especificidades e intersecções das opressões de raça, classe e gênero. A partir do desenvolvimento de cinco subprojetos de pesquisa, foram investigadas, em especial, as seguintes dimensões: (1) as resistências e imaginários urbanos em disputa a partir das ocupações urbanas, tomando o caso da ocupação Nelson Mandela; (2) a violência doméstica e negação do direito à moradia às mulheres, com um olhar especial a partir da ocupação urbana Menino Chorão; (3) a espacialização da luta feminista na cidade; (4) o racismo religioso, os espaços de matriz africana e as expressões espaciais das relações raciais; e (5) as manifestações do RAP e das Batalhas de Rima na cena Hip-Hop. Observa-se a potência dessas contrarrazões em produzir outras formas de vivenciar e imaginar a cidade, sobretudo a partir de sua periferia. A partir dessas resistências é possível vislumbrar caminhos para corporificar a cidadania.

**Palavras-chave:** urbanização; interseccionalidade; resistências; Campinas.

**Área:** Humanas (Geografia Humana). **Financiamento:** PIBIC-em/CNPQ.

O planejamento urbano, historicamente, tem sido tomado como um instrumento capaz de viabilizar interesses de determinados grupos sociais presentes na sociedade como um todo (MONTEIRO, 2007). Seu uso hegemônico esteve associado à racionalidade da privatização, da descentralização e do desapossamento, favorecendo os interesses do capital em detrimento da cidadania. Como propõe Milton Santos, uma das funções atribuídas ao planejamento do território foi de racionalizar a estrutura interna de dominação e dependência a fim de ajustá-la aos interesses do sistema e da classe dominante (SANTOS, 2003). Seguindo essa lógica, a cidade de Campinas, hoje reconhecida como um polo tecnológico e informacional, passou a ser um espaço organizado a partir dos interesses e da lógica corporativa (HARVEY, 2014, p. 30–66; SANTOS, 2008). Campinas se torna, assim, uma cidade corporativa e fragmentada (SOUZA, 2008). Há, no entanto, resistências a essa lógica. Considerando o espaço banal, de todos os agentes, “a pluralidade e a diversidade entram em cena, como tensão, reivindicação e conflito” (RIBEIRO, 2013a, p. 295). Existe — conforme Ribeiro (2013a, p. 306) — “uma vida de relações, resistente e tenaz, que se opõe à abstração exigida pela operação sistêmica da concepção hegemônica de mercado”. Esta autora afirma, ainda, que essas resistências mesclam a ação espontânea à ação organizada, expressando racionalidades alternativas (RIBEIRO, 2013b, p. 199). É a partir dessas resistências que se baseia a perspectiva deste trabalho. Como propõe Rizzatti, trata-se, portanto, de olhar a urbanização corporativa pelo avesso. Como afirma esta autora, “as periferias urbanas são as costuras da urbanização que, quando vista pelo avesso, demonstram a capacidade de coser todo o espaço urbano sustentando-o” (RIZZATTI, 2020, p. 31). Foram desenvolvidos cinco subprojetos para analisar dimensões distintas desse processo. Os trabalhos tiveram como metodologias o levantamento e a revisão bibliográfica, pesquisas em fontes documentais e realização de entrevistas semi-estruturadas (à distância, em função da pandemia). A seguir são apresentadas sínteses de cada projeto.



### **Resistências e imaginários urbanos em disputa a partir das ocupações urbanas: o caso da Nelson Mandela**

Esta pesquisa buscou compreender a relação entre planejamento urbano hegemônico e a criação de imaginários urbanos que contribuem na manutenção e aprofundamento de desigualdades socioespaciais. Buscou-se, também, investigar como as práticas de planejamento insurgente (MIRAFTAB, 2016), em especial as ocupações urbanas de moradia, se relacionam com a construção da psicosfera (SANTOS, 2006) — dimensão das ideias, sentidos e crenças no território —, sob a perspectiva de rompimento com a lógica hegemônica de planejamento. Como estudo de caso, investigamos o histórico da ocupação Nelson Mandela e de suas práticas insurgentes nos espaços de ação convidados e inventados. Entendemos as ocupações como formas de resistência à lógica cidade-produto — “a vivência coletiva numa ocupação organizada, as formas novas de apropriação do território e o engajamento nas decisões e mobilizações necessárias à conquista da moradia fazem a moradia um espaço de enfrentamento à lógica da cidade do capital” (BOULOS, 2012, p. 59–60). A ocupação Mandela é uma das diversas ocupações que conformam o tecido urbano de Campinas. A ocupação se inicia em 2016, em 2017 sofre um despejo violento, das quais as 600 famílias que residiam na área ocupada do jardim Capivari se dispersaram em outras ocupações e uma pequena minoria dormiu na rua. Atualmente, esse assentamento abriga cerca de 100 famílias desde julho de 2017 e se localiza em uma área no bairro Nossa Senhora Aparecida em Campinas que estava sem cumprir sua função social há mais de 40 anos. Essa ocupação adota práticas transgressoras e contra-hegemônicas pelo seu grande alcance e também por possuir atuação além e por meio de “espaços convidados e inventados” (MIRAFTAB, 2016). Para o combate e a permanência na área, as lideranças do Mandela utilizam instrumentos legais, disponíveis por meio dos “espaços convidados”, para dialogarem com a prefeitura de Campinas pedindo pela legalização do espaço, extensão de prazos para a retirada das famílias da ocupação e petições para dar visibilidade aos pedidos da coordenação protegendo assim os direitos legais dos cidadãos que residem a ocupação. Porém, a ocupação não apenas se mantém nesses espaços legais, mas mobilizam atividades nos “espaços inventados” que o Estado, corporações e a mídia dominante buscam sistematicamente colocar no ostracismo e criminalizar, pois aos olhos destes, apenas os primeiros são válvulas de ação (MIRAFTAB, 2016). Incluindo assim, manifestações contra reintegrações de posse anunciadas pelo poder público. As ocupações são manifestações insurgentes que surgem no vácuo das políticas públicas brasileiras, e que seguem um ideal de inclusão autodeterminada (MIRAFTAB, 2016). As práticas insurgentes, a cidadania ou a ausência dela se refletem no imaginário a respeito do planejamento do espaço urbano, produzindo sentidos contra-hegemônicos e traçando novos futuros para as cidades que habitamos.

### **Violência doméstica e negação do direito à moradia às mulheres: um olhar a partir da ocupação Menino Chorão**

A presente pesquisa buscou investigar relações entre violência doméstica, direito à moradia e direito à cidade, a fim de entender como as desigualdades no espaço urbano apresentam barreiras para uma cidadania feminina. Partimos do entendimento de que a urbanização se deu por meio de um processo de formação de cidades capitalistas, na qual se espacializou a divisão sexual do trabalho (HELENE, 2019). Cabe considerar, ainda, que a branquitude, hegemônica, marca o planejamento historicamente das cidades e é usada pelo capital para a promoção da cidade-mercadoria (MONTEIRO, 2007). As experiências urbanas de mulheres brancas são diferentes das de mulheres negras. As dimensões de gênero, raça, classe social precisam ser analisadas de forma conjunta, “as particularidades do gênero são determinadas e determinam um racismo informado por um passado colonial e que se expressa em um presente localizado na periferia do capitalismo” (MACHADO, 2018). Estas relações raciais e de gênero no espaço são produzidas e concretizadas através do planejamento urbano. O espaço é uma resultante das verticalidades e horizontalidades, de modo que as contrarrazionalidades (SANTOS, 2006) existentes no território também reconfiguram a vida urbana, desestabilizando os padrões da hegemonia. Com esse entendimento, buscou-se, neste trabalho, olhar também para essas resistências, sobretudo a partir da experiência de uma ocupação urbana: a comunidade Menino Chorão, de Campinas. Nessa ocupação, localizada na região de Campo Belo, sul de Campinas, identifica-se uma luta em destaque: igualdade pelos direitos das mulheres e a luta contra a violência doméstica. Como afirma Paulista (2013), “somente diante da publicização do fato de que muitas mulheres que sofriam violência doméstica ou se separavam de seus maridos ficavam desabrigadas, visto que a titularidade dos imóveis provenientes de atendimentos habitacionais era do homem, ‘chefe de família’, foi positivada a previsão legal paliativa, mas não menos importante, de que a titularidade deve recair sobre a mulher”. A apropriação do espaço urbano pelas mulheres desestabiliza, de certa forma, a organização urbana vigente ao



capital, como as práticas do combate à violência doméstica na ocupação Menino Chorão. Essa ocupação está localizada uma região desprovida de equipamentos públicos de atendimento à mulher, onde o único meio de proteção é a comunidade. Essa conduta demonstra como as ações transgressoras contribuem para a corporificação da cidadania (RIBEIRO, 2013a). Esses movimentos demonstram como as pessoas utilizam-se das técnicas do território para reconstruir uma nova cidadania, uma cidadania insurgente, em que quebra os padrões de uma ideologia dominante. O espaço urbano não é constituído somente por uma racionalidade, segundo Milton Santos (2006), “os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais [...] que acabam por afetar as normas nacionais e globais”. A união das contrarracionalidades pode desestabilizar o espaço com a formação de um planejamento insurgente.

### **Organizações feministas e território: um estudo da espacialização da luta feminista em Campinas**

Esta pesquisa buscou compreender a espacialização do feminismo na cidade de Campinas, a partir das dinâmicas de organizações feministas no território, a fim de entender como esses grupos atuam e como se relacionam com os cotidianos de diferentes mulheres e lugares. O feminismo é um campo político complexo, que sintetiza diversas lutas e mobiliza diferentes setores da sociedade. Logo, o território representa tanto um lugar de ação quanto uma fonte de lutas cotidianas que alimentam o movimento feminista. Santos (2007) nos mostra que cada indivíduo vale pelo lugar em que está, não sendo todos os sujeitos e sujeitas que possuem cidadania no espaço urbano. A cidadania e democracia pressupõem a afirmação de sujeitos que, individual e coletivamente, lutem por direitos e por sua garantia (RIBEIRO, 2013a, p. 30). Uma mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social (SILVA, 2007) — o que nos leva à abordagem interseccional (CRENSHAW, 2004, p. 8). Em Campinas, o Coletivo Lélia Gonzalez montou uma agenda de discussões sobre o que seria primordial saber para pensar a interseccionalidade nos mais diversos âmbitos e esmiuçá-la principalmente no que diz respeito às mulheres negras (SILVA, 2018). Segundo Silva (2018), pensar nas demandas dos territórios foi um ponto pacífico nas discussões, onde as integrantes observavam as especificidades do território. A ação inicial foi mapear os territórios periféricos da cidade e região e refletir sobre quais seriam as suas demandas de formação de acordo com as vivências das integrantes e como se daria a interação com esses espaços (SILVA, 2018, p. 3). Outro movimento feminista estudado foi a Marcha Mundial das Mulheres. A Marcha possui núcleos em países de todo sul global, lutando a partir das experiências das mulheres com o território, a organização de todas as mulheres da organização parte do território, mas ao se encontrarem e conviverem umas com as outras, elas constroem pautas que sejam comum a todas as mulheres (FRACCARO, 2020), seja da organização ou de fora dela. Para Fraccaro (2020), “a Marcha Mundial das Mulheres não tenta colonizar a cidade com o feminismo, é a partir da cidade e do território que ela pensa uma pauta de luta” (FRACCARO, 2020). Em Campinas/SP, as mulheres da MMM produzem uma discussão racial forte, pois a cidade tem uma luta racial potente e histórica. Essa discussão é levada à público a partir de ações e atividades territorializadas, que ocorrem, em sua maioria, em frente a Catedral Metropolitana de Campinas e na rua 13 de Maio, por historicamente ser um lugar de luta contra escravidão e racismo (FRACCARO, 2020). A partir do trabalho, foi possível entender que o compromisso político que o feminismo coloca no território é o de reposicionar as mulheres na cidade através de atos de resistência, na tentativa de alterar a imagem masculina na cidade (SILVA, 2007), imagem posta por conta do planejamento urbano e city marketing feito para promoção e venda do território.

### **Expressões espaciais das relações raciais: reflexões sobre racismo religioso e espaços de matriz africana**

Nesse subprojeto, foi investigada a relação entre o planejamento da cidade de Campinas-SP, o racismo estrutural e o racismo religioso — analisando expressões espaciais das relações raciais (DOS SANTOS, 2018). As discriminações com as religiões de matriz africana estão contidas nas dinâmicas do racismo estrutural presentes historicamente em nossa sociedade (MARTINS, 2017). Como foi relatado por Martins e Santos Jr. (2017, p. 2–7), a discriminação racial acompanha a expansão das cidades desde o século XIX, com um projeto de segregação, onde os negros foram submetidos a condições de sub-habitação e a ocuparem áreas periféricas. O racismo também participa de um silenciamento e perseguição à cultura da população negra e suas práticas religiosas. Esses diferentes níveis de exclusão e opressão — racismo estrutural, discriminação religiosa e segregação socioespacial — se somam (DOS SANTOS, 2018, p. 89) formando os diferentes níveis da hierarquia social, considerando ainda a interseccionalidade (CRENSHAW, 2004) entre raça, gênero,



classe. Como afirma Ribeiro (2013a, p. 319), “a dimensão urbana da desigualdade social pode ser reconhecida, com especial força, quando se observa que a história da urbanização brasileira foi também a história da segregação sócio-espacial”. Por outro lado, há disputas travadas nas resistências antirracistas. Como lembra Dos Santos (2018, p. 79), “quilombolas vêm reivindicando territórios; religiões de matriz africana vêm construindo processos de mapeamento, rompendo invisibilidades por meio de disputas pela representação espacial [...] De distintas formas - no campo das políticas públicas, das políticas de representação ou na própria ocupação (perene ou temporária) de espaços -, grupos cuja identidade mobiliza matrizes afro-brasileiras disputam espaços”. Entre as expressões culturais que acompanham as resistências da população negra, as religiões de matriz africana têm destaque. Conforme Dos Santos (2018, p. 95) há uma invisibilização de templos de matriz africana, um certo “camuflamento” e silenciamento de sua fé. Muitos desses espaços adotam padrões arquitetônicos residenciais, não produzindo uma diferenciação que os “denunciem”, para protegê-los do racismo. Como demonstra De Oliveira (2019, p. n/p), ataques a templos de religiões de matriz africana equivalem a aproximadamente 60% dos casos de discriminação religiosa registrados no período de 2011 a 2018. Em Campinas, desde o início do funcionamento do Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e a Intolerância Religiosa em Campinas-SP não houve nenhum caso de denúncia que envolvesse uma religião que não fosse de matriz africana (DAMÁZIO, 2020). Passado e futuro se articulam no espaço, impondo diferentes grafias espaciais das relações raciais (DOS SANTOS, 2018). Dessas grafias espaciais também fazem parte reivindicações de grupos que se expressam através do espaço que ocupam, como uma forma de resistência, com representação de sua cultura, e o seu direito como cidadão de voz. A estigmatização do povo de matriz africana presente historicamente em nosso país se relaciona diretamente com o planejamento das cidades, e a forma estrita que o poder é distribuído entre os grupos. A existência e a luta de um grupo de religião de matriz africana torna-se um modo de resistência e expressividade no espaço vivido. A própria existência desses grupos pode ser entendida como uma resistência (GONZALEZ, 1982) ao racismo.

### **Cultura e espaço urbano em Campinas: as manifestações do RAP e das Batalhas de Rima na cena Hip-Hop**

Essa pesquisa buscou compreender a cultura Hip-Hop em Campinas, seu caráter insurgente (MIRAFTAB, 2016, p. 363–377) e suas espacialidades, com maior foco nas manifestações de RAP e de Batalhas de Rima na cidade, situando-as no cenário da urbanização corporativa (SANTOS, 2008, p. 99–115). O Hip-Hop, também em suas manifestações faladas, mantém uma característica espacial importante: ele “se difunde pelo mundo, mas sempre surgindo de bairros pobres e miseráveis das cidades onde se desenvolve” (GOMES, 2012, p. 11). A cena Hip-Hop de Campinas se encontra numa dialética entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 2001, p. 105–110). Nessa dialética, uma nova materialidade, vinda de outros possíveis usos das técnicas oriundas do período da globalização, surge como possibilidade alternativa (SANTOS, 2001, p. 164). E essa nova materialidade na cena Hip-Hop em Campinas é explicitada de algumas formas: vem como organização de Batalhas de Rima divulgadas através de veículos hegemônicos, como na divulgação da Batalha do Mingone (2020), da região Sudoeste, ou na divulgação do Duelo de MC’s do São José (PRO AR; MINGONE; CÁLICE, 2018) da região Sul; levando, para além da divulgação dessas manifestações da cultura Hip-Hop, à promoção de trabalhos de base como o de arrecadação de alimentos feito pelo Campinas HIP HOP Festival (2019). A cena Hip-Hop em Campinas envolve não somente as partes artísticas intrínsecas à cultura (ROSE apud MAGRO, 2002, p. 68), mas se torna evidente a extensão imaginativa. O Hip-Hop, materializando-se nos espaços, é “a criação [...] de valorização dos indivíduos subalternizados [...] Alguns desses são (re)produzidos como espaços de valorização de negritude, com sentido cultural e político.” (DOS SANTOS, 2018, p. 86). Assim, esse movimento político-espacial de participação democrática mobiliza um conjunto de ações estratégicas de contestação em busca de uma cidadania (HOLSTON, 2016, p. 199). No atual período de pandemia por covid-19, destaca-se dentro desse movimento o já citado Coletivo Vida Nova. Em entrevista com MC 2T (2020), ele relata as ações de entregas de cestas básicas em pandemia: foi necessário toda uma adaptação dado o período. Constituiu-se no espaço um processo imaginativo, característico do planejamento insurgente (MIRAFTAB, 2016, p. 370). Há uma ligação profunda entre o Coletivo Vida Nova e a Batalha do Vida Nova (NOVA; NOVA, 2020). Segundo entrevistas, ambos atuam no mesmo lugar a partir de ações feitas pelos moradores do bairro. Indissociáveis, os dois grupos vem como manifestação cidadã promovida pelos habitantes do local em busca do direito à urbanidade, à cidade.



## Referências bibliográficas

- BOULOS, G. **Por que Ocupamos? Uma introdução a luta dos sem tetos**. São Paulo: Scortecci, 2012.
- CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Unifem, 2004.
- DAMÁZIO, J. **Entrevista com Jaqueline Damázio realizada pela autora via internet em setembro de 2020**, 17 set. 2020.
- DE OLIVEIRA, C. **Por que Umbanda e Candomblé são os alvos da intolerância religiosa? Rede Brasil Atual**, 20 out. 2019. Disponível em: <<https://is.gd/kW7FVe>>. Acesso em: 4 fev. 2020
- DOS SANTOS, R. E. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. In: BARONE, A.; RIOS, F. (Eds.). **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018.
- FESTIVAL, C. H. H. **Campinas Hip Hop Festival 2019**. Rede social. Acesso em: 12 ago. 2020.
- FRACCARO, G. **Entrevista com Glaucia Fraccaro realizada pela autora via internet em setembro de 2020**, 23 set. 2020.
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: MADEL, L. (Ed.). **O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, 2019.
- HOLSTON, J. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 2, p. 204, 30 ago. 2016.
- MACHADO, B. DE A. **Interseccionalidade e marxismo: encontros e desencontros para o estudo do movimento de mulheres negras no Brasil**. Anais da IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais. São Paulo: 2018
- MAGRO, V. M. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o hip hop. **Cad. CEDES**, v. 22, n. 57, 2002.
- MARTINS, A. R.; SANTOS JR., W. R. DOS. O Projeto Ruas de Histórias Negras e a representação da matriz africana em Campinas: a disputa do território urbano - um estudo de caso. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 68, 2017.
- MC 2T. **Entrevista realizada com MC 2T via internet em setembro de 2020**, 24 set. 2020.
- MINGONE, B. DO. **Batalha do Mingone - 13ª Edição [Primeira do Ano]**. Rede social. Acesso em: 12 ago. 2020.
- MIRAFITAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363, 22 dez. 2016.
- MONTEIRO, C. O Planejamento: algumas considerações. **ETC - espaço, tempo, crítica**, v. 1, n. 2, 2007.
- NOVA, C. V.; NOVA, B. DO V. **41º Roda Cultural De Rima Do Vida Nova (Batalha do Vida Nova) | Facebook**. Rede social. Acesso em: 24 ago. 2020.
- PAULISTA, A. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Humanidades em diálogo**, 5, 2013.
- PRO AR, I. P.; MINGONE, B. DO; CÁLICE, B. DO. **Duelo De Mc's São José**. Rede social. Acesso em: 12 ago. 2020.
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. v. 2
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b. v. 5
- RIZZATTI, H. **Urbanização corporativa vista pelo avesso: periferização, interseccionalidade e lugar - uma análise a partir das ocupações de terras urbanas**. Tese (Doutorado em Geografia)—Campinas: Unicamp, 2020.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n. 44, p. 117–134, 1 jan. 2007.
- SILVA, S. **Articulação feminista em Campinas SP uma reflexão sobre interseccionalidade e paridade política**. Anais da IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais. São Paulo/SP: 2018.
- SOUZA, M. A. A. DE. **A Metrópole e o futuro: refletindo sobre campinas**. Campinas (SP): Territorial, 2008.

**Agradecimentos:** Agradecemos à equipe da PRP/Unicamp, à direção e funcionários do Cotuca, ao GEOPLAN — Lab. de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial do IG/Unicamp, a todas as pessoas entrevistadas, à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bárbara de Araujo Machado e à graduanda Bárbara Ramos Azalim pelo apoio e ao CNPq pelo financiamento do projeto.